



FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANA DE ARROIO GRANDE (RS)

SCHRODER, Victor Faria¹; BORGES, Rozele Nunes²; VIEIRA, Sidney Gonçalves³.

¹ Autor. Acadêmico do curso de Geografia – Licenciatura da UFPel. Bolsista CNPq – PIBIC
victorpelotas@hotmail.com

² Co-autora. Acadêmica do curso de Geografia – Licenciatura da UFPel.
rozele_borges@hotmail.com

³ Orientador. Professor adjunto do Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade Federal de Pelotas. yendis@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem por objetivo identificar a formação territorial e a conseqüente formação do espaço urbano do município de Arroio Grande, RS. Parte-se do princípio de que os conflitos de fronteira entre as coroas ibéricas foram determinantes na estruturação apenas política do espaço (definição de limites, apropriação do território), mas também nos processos de ocupação e nas formas de uso econômico do espaço.

Este processo de formação territorial corresponde à uma valorização do espaço, sendo criadas

Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente, a qual também regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza.

O processo de urbanização torna-se assim a parte mais visível desse processo de valorização espacial. Foram analisados, portanto, os processos de ocupação e de conformação de um território, finalizando com a paisagem urbana resultante desses processos. Nesse sentido, os conflitos de fronteira, o cotidiano fortemente influenciado pela Igreja e a atividade pecuária irão se manifestar no espaço urbano.

2. METODOLOGIA

Foram utilizadas principalmente fontes secundárias na pesquisa, principalmente as chamadas “monografias regionais”, textos que possuem uma série de informações predominantemente locais, sendo ricas na descrição de documentos. A parte do sítio, situação e forma urbana foi feita a partir de saídas de campo e análises de plantas urbanas e com o cruzamento das observações de campo com bibliografias específicas sobre forma urbana.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O atual território do Rio Grande do Sul esteve invadido por 13 anos (1763 – 1776) pelos espanhóis, que dominaram todo o território ao Sul do rio Jacuí, incluindo a antiga capital da Capitania, a cidade de Rio Grande. Na invasão, boa parte da população, de origem predominantemente açoriana¹ ou fugiu para o interior – principalmente para a área do atual município de Pelotas e para a restinga da Lagoa dos Patos – ou foi levada para San Carlos de Maldonado, um *pueblo* espanhol.

A resistência local esteve centrada no eixo Rio Pardo – Viamão, onde tomaram parte os chamados “aventureiros paulistas”, milicianos vindos de Laguna e São Paulo, chefiados por Francisco Pinto Bandeira. No entanto, foi seu filho a grande figura da “Reconquista” do Rio Grande; por este destaque, Rafael Pinto Bandeira passou a ter uma série de privilégios – garantidos pelo poder militar.

Um ano após a Reconquista, foi celebrado o tratado de Santo Ildefonso (1777), que estabeleceu como fronteira sul entre as possessões das coroas ibéricas, conforme descreve a citação do artigo IV:

Para evitar outro motivo de discórdia entre as duas Monarquias [...] convieram agora que a dita navegação e entrada (da Lagoa dos Patos) fiquem privativamente para a de Portugal [...] desde as margens da dita Lagoa de Merim (Mirim), tomando a direção pelo primeiro arroio meridional que entre no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo (SOARES, 1939 *apud* FRANCO, 1980, p. 9).

Nunca houve consenso sobre qual seria esse arroio, sendo que os espanhóis insistiram que seria o Rio Piratini. Em 1784, Rafael assumiu o governo da Capitania de São Pedro do Rio Grande. Conforme Medeiros (1980, p. 64):

Um dos seus primeiros cuidados foi ordenar a transferência do acampamento da guarda do Piratini, postada no passo da Maria Gomes, lugar onde está, hoje, a estação Cerrito (atual município de Cerrito) “- para as nascentes da primeira vertente que desemboca pelo norte da lagoa Mirim”

Vertente essa que seria o arroio Grande, que empresta o nome para a cidade. A partir de 1790, começaram a ser distribuídas as primeiras *sesmarias* entre o Rio Piratini e o Jaguarão. As sesmarias, doações de terras no tamanho máximo de aproximadamente 13.000 hectares, eram dadas para militares que se destacassem em serviço e outras pessoas que tivessem alguma influência na burocracia do vice-reinado no Brasil. Não eram no entanto, a única forma de propriedade territorial: num requerimento de sesmaria, Franco (1980, p. 13) verificou a seguinte diretiva: “*que neste Continente todos os habitantes a quem os senhores governadores concedem datas de terras que não passem de légua (4356 hectares), não são obrigados a tirar carta de sesmaria*”.

Sendo assim, a área entre os rios Jaguarão e Piratini foi ocupada pelos grupos envolvidos nas lutas anteriores: de um lado os açorianos que retornaram de San Carlos de Maldonado, de outro, os “aventureiros” paulistas,

¹ Estes colonos haviam vindo ao Rio Grande do Sul para ocupar áreas que seriam incorporadas a Portugal pelo Tratado de Madri (1750), notadamente as Missões. Como o tratado não foi cumprido, os açorianos permaneceram nas áreas portuárias.

tanto os que lutaram na “reconquista do Rio Grande”, com Pinto Bandeira, quanto outros vindos pelo caminho Paraná – Santa Catarina – Rio Pardo.

A memória transmitida de forma oral em Arroio Grande conta que por volta de 1803², duas famílias, Ferreira e Souza, decidiram fazer uma capela para a população do entorno. Houve no entanto uma divergência: em que margem do arroio Grande seria construída, na esquerda (onde estavam as terras de Manuel Jerônimo de Souza) ou na direita (nas terras dos Ferreira). Para decidir a contenda, ficou acertado que quem primeiro construísse a capela seria o vencedor, o que foi feito pelos Souza.

No ano de 1811, chega à região o Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho, propondo ao Príncipe Regente um plano de divisão da freguesia de São Pedro do Rio Grande, despachando:

E havendo de dar o Assento da Igreja Parochial no lugar mais acomodado às circunstancias, parece-me que deva ser a Capella denominada a Guarda da Lagoa (atual cidade de Jaguarão, e não o oratorio da Fazenda de Manoel Jerônimo, como dizem (FRANCO, 1980, p. 46).³

A petição para a ereção da nova freguesia havia sido feita pelos primeiros arroio-grandenses. Em 1812, os descendentes da família Souza (Manoel de Souza Gusmão e Maria Pereira das Neves) decidiram doar o terreno onde estava a capela para o começo da povoação. A escritura, no entanto, só foi lavrada em 1827, um ano depois da construção da capela de pedra.

Em seguida, fundou-se a Irmandade de Nossa Senhora da Graça, a quem de fato foi doado o terreno. O dinheiro da venda dos terrenos seria destinado à construção da Igreja definitiva, já que a capela original era feita de madeira e sapê. No entanto, as primeiras escrituras foram lavradas apenas em 1854 (CORRÊA, 2004, p. 15), sendo que a cidade tinha sido elevada à freguesia em 1846. Até a elevação de Arroio Grande para vila, em 1873, a Irmandade teve controle completo sobre o processo de urbanização, perdendo a partir daí, e principalmente após a República, suas prerrogativas.

A cidade foi instalada em condições de sítio parecidas com as da cidade de Pelotas: um terraço perto de um vale, à beira de um curso d'água de onde pode extrair-se argila para a confecção de telhas e tijolos, como de fato, se fez. Além disso, consta que em épocas de cheia o arroio Grande era navegável até o ponto onde está a cidade (MEDEIROS, 1980); o fato é que por volta de 1830 foi instalado um porto a 24 quilômetros da cidade.

Ao Norte, está a elevação conhecida como Coxilha do Fogo, que, ao que consta, tem esse nome por ser local de acampamento de tropeiros, que faziam suas fogueiras no local. A Oeste, a cidade é delimitada pelo “Caminho das Tropas”, que cruza o antigo “Passo Real”, ou seja, a estrada que ligava Pelotas a Jaguarão e era, portanto, caminho oficial dos funcionários do governo.

A forma urbana do “1º loteamento” segue um traçado reticulado em que os quarteirões são quadrados na maioria da cidade, com exceção da quadra em frente à Igreja, que tem a largura das demais quadras e é 1.5 vezes maior

² Em 1801, o território Piratini – Jaguarão foi oficialmente incorporado ao Rio Grande do Sul, juntamente com o território das Missões, por meio de uma rápida guerra.

³ O autor mostra ainda que a visita do Bispo quase coincide com a visita do procurador da Viscondessa de Magé, que havia ganhado uma grande extensão de terras perto da mesma Guarda da Lagoa, sendo possível que houvesse uma convergência de interesses.

no seu comprimento, padrão que é repetido nas quadras lateralmente contínuas.

A rua frontal à Igreja (Herculano de Freitas) era também a que levava do passo do arroio Grande ao porto, era a rua do primeiro prédio da Câmara, a rua de um dos dois sobrados da cidade (o mais ornamentado), e do Passeio Público – justamente um largo a frente da Igreja. As ruas são muito largas, ainda mais se tratando de uma cidade da metade do século XIX, o que pode ser explicado pelo fluxo de gado e cavalos, já que a pecuária sempre foi a atividade predominante.

4. CONCLUSÕES

Os conflitos territoriais na Bacia do Prata tiveram importância central na formação territorial de Arroio Grande, sendo que os “atores” dos conflitos foram os povoadores do município.

A liderança religiosa do “patriarca” do município, o açoriano vindo de Maldonado, Manuel Jerônimo de Souza foi decisiva para a fundação da cidade. Mesmo chagando 6 anos depois dos primeiros sesmeiros, ele soube costurar alianças matrimoniais e tornar-se líder. Seu neto, Manuel de Souza Gusmão, seguindo seus passos, ganhou astutamente a aposta entre “as margens”. Depois, doou os terrenos para a construção da cidade para uma “Irmandade”, solução usada antes em Herval. Isto possibilitou que se mantivesse o controle sobre o processo de urbanização, sendo que alguns dos seus descendentes estiveram sempre participando da Irmandade.

A cidade em si acabou se estruturando conforme a sua própria situação: a Igreja é o elemento estruturador do espaço urbano, sendo que a disposição das quadras e das ruas procura dar monumentalidade à construção. A atual rua Herculano de Freitas foi o eixo estruturador da malha urbana, por ser um caminho importante, por ter a Igreja e o Passeio Público, tanto que a cidade, até 1935, principalmente, se desenvolve no eixo Leste – Oeste.

As formas correspondentes ao processo de valorização do espaço arroio-grandense se referem, portanto, a uma sociabilidade altamente relacionada à religiosidade e aos laços familiares, às disputas territoriais na dura conformação de um espaço de fronteira e também a uma região marcada pela pecuária.

5. BIBLIOGRAFIA

CORRÊA, Flávia Soares da Conceição. **Tempos: uma revista em nossa história**. Arroio Grande: GEPEC, 2004.

DOMINGUES, Moacyr. **Portugueses no Uruguai**. Porto Alegre: EST, 1994.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão**. Porto Alegre: EST. 1980.

MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval: descrição física e histórica**. Porto Alegre: EST, 1980. 402 p.

YUNES, G. **Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FAU/USP, 1995 (Tese de Doutorado).